



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE CONCESSÃO DE ÁREA Nº 07/2021

<u>PROCESSO Nº</u>	<u>068/2021</u>
<u>INÍCIO</u>	<u>20/08/2021</u>
<u>ENCERRAMENTO</u>	<u>25/08/2021</u>
<u>HORAS</u>	<u>10h00 horas</u>

FERNANDO OCTAVIANI, Prefeito de Agudos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público, para ciência dos interessados, que se acha aberta a **CONCORRÊNCIA Nº07/2021**, cujo objeto, prazos, horários e demais especificações, estão a seguir indicados:

1. A presente licitação reger-se-á pela Lei Complementar Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993 e legislação complementar, bem como pela Lei Federal nº. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, e ainda, pela Lei Municipal nº. **5.510 de 12 de julho de 2021**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, pelas condições estabelecidas neste edital.
2. O envelope contendo os documentos relativos à habilitação preliminar e o envelope contendo a proposta serão entregues até às **10h00 horas do dia 25/08/2021.**
3. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
 - I. **TERMO DE COMPROMISSO;**
 - II. **MODELO DE PROPOSTA.**
 - III. **CARTA CREDENCIAL**
 - IV. **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**
 - V. **DECLARAÇÃO ME- EPP E EQUIPARADAS**
 - VI. **LEI MUNICIPAL Nº 5.510 DE 22 DE JUNHO DE 2021.**

4. DO OBJETO

4.1. ” O objeto desta Concorrência é a concessão de direito de uso gratuito do espaço físico de uma área com a seguinte descrição

Localizado 40,43 metros da esquina da Rua João Batista Garbino com a Rua Olímpio Rondina, segue com as medidas e confrontações; 46,02 metros (quarenta e seis metros e dois centímetros) de frente para a Rua João Batista Garbino; 46,02 metros (quarenta e seis metros e dois centímetros), pelos fundos confrontando com o lote A-1 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; 46,48 metros (quarenta e três metros e quarenta e oito centímetros) pelo lado esquerdo de quem olha para o imóvel, confrontando com a área A-2 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; 43,48 metros (quarenta e três metros e quarenta e oito centímetros), pelo lado direito confrontando com a área A-4 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; Encerando assim o memorial descritivo, com uma área de 2.000,77 m².

4.2 Fica a **Secretaria de Obras**, encarregada de esclarecer para os interessados quaisquer dúvidas que possam ocorrer com relação ao imóvel objeto do presente procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas e desde que atendam as condições exigidas neste edital.

5.2. Ficam impedidas de participar desta licitação as pessoas jurídicas declaradas inidoneas de acordo com o previsto no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e que não tenha a sua idoneidade restabelecida; que estejam com falência decretada; ou concordata.

6- HABILITAÇÃO PRELIMINAR

6.1. As empresas interessadas em participar da presente licitação deverão apresentar para sua habilitação, até às **10h00** horas do dia **25/08/2021**, os seguintes documentos:

6.1.1. Prova de inscrição da empresa no CNPJ/MF;

6.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da interessada e pertinente ao objeto desta licitação;

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e atualizado;

6.1.4. Prova de quitação com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (**certidões**), devendo ser apresentando **certidão** da dívida ativa das respectivas Fazendas, caso não seja especificado ou não abranja tal informação no documento expedido pelo órgão fazendário.

6.1.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

6.1.6. Cópia do balanço patrimonial ou demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

6.1.7. As empresas recém constituídas, **ficam dispensada da exigência do item 6.1.6:**

6.1.8. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

6.1.9 Certidão negativa de débitos trabalhistas.

6.1.10 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, processo de cópia autenticada por tabelião de notas, com exceção daqueles documentos que a sua validade somente é reconhecida com a apresentação do original, devendo neste caso apresentar o original acompanhado da respectiva cópia, que será juntada ao procedimento, devolvendo-se o original ao interessado.

7- Da participação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

7.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar 123/2006, deverão comprovar o enquadramento como "ME" ou "EPP" e EQUIPARADAS

7.1.2. A não comprovação de enquadramento da empresa como "ME" ou "EPP", significa renúncia expressa e consciente, renunciando aos benefícios da Lei Complementar 123/2006, e alterações aplicáveis ao presente certame.

7.1.3. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

7.1.4. As microempresas (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, conforme item 6.1 ao 6.1.10 deste Edital, sob pena de inabilitação, **ainda que essa apresente alguma restrição.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8. DAS PROPOSTAS:

- 8.1. A licitante interessada deverá apresentar a proposta em uma via, em que deverão constar:
- a. declaração de submeter-se a todas as cláusulas e condições da presente licitação.
 - b. assinatura do interessado ou representante legal;
 - c. validade da proposta;
 - d. numero mínimo de empregados;
- 8.2. As propostas deverão obedecer rigorosamente às seguintes condições
- 8.2.1 Todos os quesitos do formulário padronizado de proposta deverão ser preenchidos e apresentado em uma única via;
- 8.2.2 A proposta não poderá conter riscos, emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas;
- 8.2.3 A proposta deverá ser datada e assinada.

9- DO PROCEDIMENTO DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 9.1. A proposta (**ANEXO II**) e os respectivos documentos de habilitação a que se refere o item **6.1.** ao 6.1.10, desta licitação, referente à habilitação, deverão ser apresentados até às **10h:00 horas** do dia **25/08/2021**, em envelopes distintos, fechado e rubricado no fecho pelo participante e com as legendas externas:

<u>ENVELOPE Nº 01</u>	<u>ENVELOPE Nº 02</u>
<u>LICITAÇÃO CONCESSÃO DE USO</u>	<u>LICITAÇÃO CONCESSÃO DE USO</u>
<u>CONCORRÊNCIA Nº.07/2021</u>	<u>CONCORRÊNCIA Nº.07/2021</u>
<u>HABILITAÇÃO</u>	<u>PROPOSTA</u>
<u>EMPRESA INTERESSADA</u>	<u>EMPRESA INTERESSADA</u>

- 9.2- No dia **25/08/2021**, às **10h00** horas, na sala do Serviço de Licitações desta Prefeitura, sito na **Avenida Celidonio Neto, nº 580**, Centro serão abertos os envelopes **01 e 02**, respectivamente, na ordem de apresentação, em reunião com a presença dos interessados ou representantes e Comissão Permanente de Licitação.
- 9.3 Na oportunidade, será lavrada ata circunstanciada que deverá ser lida e assinada pelos presentes, bem como as propostas e demais documentos também serão rubricados por todos.
- 9.4. O licitante poderá se fazer representar por procurador ou por pessoa devidamente credenciada em instrumento escrito **com firma reconhecida em cartório competente**, a quem sejam conferidos amplos poderes para representá-lo em todos os atos e termos do procedimento licitatório.
- 9.5. **No caso de representação, o procurador ou a pessoa credenciada, deverá exhibir o instrumento que o habilita a representar a licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes.**
- 9.6. Se o portador dos envelopes não detiver instrumento de representação, tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS **ESTADO DE SÃO PAULO** **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

9.7. Na mesma sessão de abertura do ENVELOPE N. **01 (HABILITAÇÃO)**, somente será procedida a abertura do **ENVELOPE N. 2 (PROPOSTA)**, se **houver desistência expressa de interposição de recurso pelos licitantes da decisão da Comissão Permanente de Licitação sobre a fase habilitação e desde que todos estejam presentes ou devidamente representados.**

9.8. Uma vez proferido o resultado da habilitação, e desde que tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão devolvidos os envelopes **PROPOSTA**, fechados, aos participantes inabilitados, diretamente ou pelo correio.

9.9. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações, caberão os recursos previstos no artigo 109, da Lei n. 8.666/93, **ao Sr. Prefeito Municipal,**

9.10. Uma vez proferido o julgamento pela Comissão Permanente de Licitações e decorrido **in albis** o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório será encaminhado ao Sr. Prefeito, para a competente deliberação.

9.11- Homologado o resultado prolatado pela Comissão Permanente de Licitações e adjudicado o objeto ao proponente vencedor, será o mesmo convidado, dentro do período de validade da Proposta, a comparecer para a assinatura do Termo de Compromisso.

10- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a proposta de oferecer o maior número de empregos diretos, partindo de um mínimo de **30 (trinta) empregos diretos** procedendo-se a classificação pela ordem decrescente do número de empregos proposto.

10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, na mesma sessão de abertura dos envelopes.

10.3. Não serão levadas em consideração vantagens não previstas nesta licitação ou as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação.

10.4. Fica à Administração facultada, quando a empresa vencedora não assinar o termo de compromisso, ou não aceitar ou desistir no prazo previsto para assinatura do mesmo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11- DA CONCESSÃO DE USO

11.1- A Concessionária, assim definida após a conclusão da presente licitação, assinará o Termo de Compromisso cuja minuta encontra-se em anexo e integra o presente Edital (ANEXO I), independentemente de transcrição.

11.2- A Concessão de Direito de Uso definida pela presente licitação, terá sua vigência pelo período de 10 anos, contados a partir da data da assinatura do Termo de Compromisso, renovável por iguais períodos sucessivos, após averiguação técnica do município da devida manutenção do nível de empregos, respeitado o que determina a **Lei Municipal de nº 5.510 de 12 julho de 2021 (ANEXO VI).**

11.3 - A concessionária deverá dar início as obras no local no prazo máximo de **60 (sessenta dias)** dias e funcionar no local no prazo mínimo de 10 (dez) anos, sob pena de reversão do imóvel ao domínio da concedente, independente de indenização pelas benfeitorias introduzidas.

11.4. O Município de Agudos, através da Secretaria de Obras, procederá a vistoria no imóvel objeto da presente concessão, elaborando laudo, acompanhado de fotografias, definindo a situação real e atual do mesmo, que integrará o Termo de Compromisso, que a Concessionária após conferir assinará consentindo com os seus termos, não podendo alegar ignorância com relação a situação real do imóvel.

11.5. As empresas deverão empregar 70% de mão de obra, dentre moradores do município Agudos, na forma disposta na Lei nº 4.675/2014 sob pena de revogação da concessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

11.6 Caso não exista mão de obra qualificada dentre os moradores no Município Agudos, a concessionária promoverá a qualificação e treinamento, até que atinja o limite previsto na Lei nº 4.675/2014, no prazo máximo de 03 (três) anos da expedição do Alvará de Funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Agudos/SP.

11.7 Todos os veículos automotores de propriedade da concessionária deverão estar licenciados no Município de Agudos, no prazo máximo de 01 (um) ano, a contar da assinatura do termo de concessão.

11.8 . Demais disposições do Termo de Compromisso constam da minuta do contrato, conforme ANEXO I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

12- DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1- A concessionária deverá dar início às obras no local no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ficando estabelecido o prazo limite de 02 (dois) anos para início das atividades e a funcionar no local pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, sob pena de reversão do imóvel ao domínio de conceder, independente de indenização pelas benfeitorias.

12.2. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993 e legislação complementar, bem como pela Lei Federal nº. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, e ainda, pela Lei Municipal nº. **5.510 de 12 de julho de 2021**, bem como pelas disposições e condições deste edital.

12.3 - fica eleito o Foro da Comarca de Agudos, Estado de São Paulo com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Agudos/SP, 20 julho de 2021

FERNANDO OCTAVIANI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

MINUTA – DO TERMO DE COMPROMISSO DE OUTORGA N°. xxx /2021.

O Município de Agudos, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ do MF sob n° **46.137.444/0001-74**, neste ato representada por seu Prefeito, **Sr. FERNANDO OCTAVIANI**, de ora em diante denominada **MUNICÍPIO DE AGUDOS**, através deste instrumento, outorga a concessão de direito de uso gratuito do espaço físico do Imóvel descrito e especificado através do artigo 1º. da **Lei n° 5.510 de 12 de julho de 2021**, à empresa _____, CNPJ do MF sob n° _____, neste ato representada pelo Sr (a) _____, portador do RG n°. _____, CPF/MF n°. _____, de ora em diante denominada **CONCESSIONÁRIA**, condicionada, além das condições estabelecidas através do Edital do Procedimento Licitatório identificado por **Concorrência n°07/2021**, ao cumprimento das Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA “A presente concessão de direito de uso gratuito do espaço físico do Imóvel com a seguinte descrição:

I I - Localizado 40,43 metros da esquina da Rua João Batista Garbino com a Rua Olímpio Rondina, segue com as medidas e confrontações; 46,02 metros (quarenta e seis metros e dois centímetros) de frente para a Rua João Batista Garbino; 46,02 metros (quarenta e seis metros e dois centímetros), pelos fundos confrontando com o lote A-1 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; 46,48 metros (quarenta e três metros e quarenta e oito centímetros) pelo lado esquerdo de quem olha para o imóvel, confrontando com a área A-2 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; 43,48 metros (quarenta e três metros e quarenta e oito centímetros), pelo lado direito confrontando com a área A-4 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; Encerando assim o memorial descritivo, com uma área de 2.000,77 m².

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O imóvel objeto da presente concessão deverá ser utilizado, exclusivamente para exploração da atividade, que consiste: _____, mantendo durante o prazo de concessão a quantidade mínima de () empregos diretos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCESSIONÁRIA só poderá transferir o imóvel para terceiros mediante autorização expressa do MUNICÍPIO DE AGUDOS.

PARÁGRAFO TERCEIRO: a concessionária deverá dar início às obras no local no prazo máximo de 60(sessenta) dias, ficando estabelecido o prazo limite de 02 (dois) anos para início das atividades, e a funcionar no local pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, sob pena de reversão do imóvel ao domínio de conceder, independente de indenização pelas benfeitorias.

CLÁUSULA SEGUNDA: A Concessão de Direito de Uso definida pelo presente Termo de Compromisso, terá sua vigência pelo período de dez anos, com início a partir ____ de _____ de 2021 e até ____ de _____ de 20____, renovável por iguais períodos sucessivos, após averiguação técnica do município da devida manutenção do nível de empregos, respeitado o que determina a Lei n° **5.510 de 12 de julho de 2021**

CLÁUSULA TERCEIRA: O descumprimento do que determina PARÁGRAFOS PRIMEIRO, SEGUNDO, e TERCEIRO da CLÁUSULA PRIMEIRA do presente Termo de Compromisso, acarretará a cassação da concessão direito real de uso ora ajustada, através de processo administrativo, assegurando à CONCESSIONÁRIA ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS **ESTADO DE SÃO PAULO** **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

CLÁUSULA QUARTA: O imóvel objeto da presente concessão será destinado exclusivamente para a atividade definida no PARÁGRAFO PRIMEIRO da CLÁUSULA PRIMEIRA, ficando terminantemente proibido a utilização do imóvel para qualquer outro fim.

CLÁUSULA QUINTA: O MUNICÍPIO DE AGUDOS, através da Secretaria de Obras, procederá vistoria no imóvel objeto da presente concessão, elaborando laudo, acompanhado de fotografias, definindo a situação real e atual do mesmo, que integrará o presente Termo de Compromisso, que a CONCESSIONÁRIA após conferir assinará consentindo com os seus termos, não podendo alegar ignorância com relação à situação real do imóvel.

CLÁUSULA SEXTA: Fica **Secretaria de Obras** do MUNICÍPIO DE AGUDOS encarregada de exercer plena fiscalização sobre a CONCESSIONÁRIA no que diz respeito ao cumprimento do presente Termo de Compromisso.

CLÁUSULA SÉTIMA: Tem o MUNICÍPIO DE AGUDOS o poder discricionário de, a qualquer tempo, alterar, modificar ou revogar a presente CONCESSÃO DE DIREITO DE USO, unilateralmente, mediante notificação extrajudicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Caso o MUNICÍPIO DE AGUDOS vier a revogar a concessão ou retomar o imóvel, antes do término do prazo de concessão, deverá indenizar as benfeitorias úteis e necessárias nele introduzidas e/ou construídas pela CONCESSIONÁRIA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. No caso de encerramento de atividades da CONCESSIONÁRIA por não obediência das normas legais, bem como no caso de falência, o MUNICÍPIO DE AGUDOS ficará desobrigado de indenização das benfeitorias introduzidas, podendo exercer o direito de retenção no caso de alienação judicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Deverá a municipalidade informar a concessionária com antecedência mínima de 06 (seis) meses no que diz respeito ao interesse na renovação da concessão.

CLÁUSULA OITAVA: O presente Termo de Compromisso será rescindido de pleno direito e independente de notificação ou interpelação de qualquer natureza, nas hipóteses seguintes:

- a) Alteração, pela CONCESSIONÁRIA, da destinação do imóvel prevista para utilização do imóvel;
- b) Dissolução, falência, concordata ou mudança na representatividade legal da CONCESSIONÁRIA;
- c) Inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente Termo de Compromisso, firmado pela CONCESSIONÁRIA, principalmente, àquelas prevista nos PARÁGRAFOS PRIMEIRO, SEGUNDO, e TERCEIRO DA CLÁUSULA PRIMEIRA e CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA;
- d) Transferência da Concessão de Uso sem o prévio consentimento expresso e escrito do MUNICÍPIO DE AGUDOS;

CLÁUSULA NONA: As benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, realizadas pela CONCESSIONÁRIA, ficam incorporadas ao imóvel, sem direito à retenção ou qualquer indenização, seja a que título for, exceto no caso previsto no PARÁGRAFO PRIMEIRO da CLÁUSULA SÉTIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA: Se ocorrer danos ao imóvel objeto da presente Concessão, a usuária ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente à CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: São, ainda, obrigações da CONCESSIONÁRIA:

- a) Sujeitar-se às exigências da Saúde Pública, autoridades municipais, estaduais e federais; principalmente no que diz respeito as exigências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, e outras para o pleno exercício da atividade industrial a que se propõe a presente concessão, que será comprovada a regularização, periodicamente, a critério do MUNICÍPIO DE AGUDOS;
- b) Cumprir as normas, regulamento, circulares, ordens de serviço, etc., emanadas do MUNICÍPIO DE AGUDOS, com as quais a CONCESSIONÁRIA declara estar de acordo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- c) A CONCESSIONÁRIA será responsável por perdas e danos causados a terceiros ao ao patrimônio do MUNICÍPIO DE AGUDOS.
- d) Proceder o licenciamento de todos os veículos automotores de propriedade da concessionária no prazo máximo de 01 (um) ano a contar da assinatura do termo de concessão
- e) empregar 70% da mão de obra dentre os moradores do município de Agudos, na forma disposta na Lei nº 4.675/2014, sob pena de de revogação da concessão.
- f) Caso não exista mão de obra qualificada dentre os moradores do município Agudos deverá a concessionária promover o treinamento e qualificação de mão de obra local, até que atinja o limite estabelecido na Lei 4.675/2014, no prazo máximo de 03 (três) anos contados da expedição do alvará de funcionamento fornecido pelo Município de Agudos/SP, sob pena de revogação da concessão.
- g) A concessionária deverá executar as obras necessárias à sua conservação, tais como controle de erosão, entre Outras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONCESSIONÁRIA declara estar ciente das faculdades e prerrogativas concedidas ao MUNICÍPIO DE AGUDOS, por força da discricionariedade e precariedade inerentes ao instituto da Concessão de Direito de Uso, bem como daquelas previstas através da Lei Municipal nº 5.510 de 12 de julho de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Fica eleito o foro desta Comarca de Agudos para solução das pendências decorrentes do presente Termo de Compromisso de Concessão de Direito de Uso, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Agudos/SP, xxx de xxxxxxx de 2021.

FERNANDO OCTAVIANI
Prefeito Municipal

CONCESSIONÁRIA

CONCORRÊNCIA Nº 07/2021

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA (Preferencialmente em Papel Timbrado da Proponente)

NOME DO PROPONENTE: _____
ENDEREÇO: _____
CNPJ (MF) ou CPF (MF): _____ TELEFONE:
_____ EMAIL _____

1- Pelo presente declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº. 8.666/93, legislação complementar, bem como pela Lei Municipal nº. **5.510 de 12 de julho de 2021**, e as disposições e condições do Edital da Concorrência nº. **07/2021**.

2- Apresento a presente proposta à Prefeitura Municipal de Agudos, nas condições abaixo indicadas, para obter a outorga de concessão de direito real de uso gratuito do espaço físico de uma área descrita e especificada através do **artigo 1º. da Lei Municipal nº. 5.510 de 12 de julho de 2021**.

ASSEVERANDO:

2.1- Atender as determinações do Município de Agudos, prestando-lhes assistência e colaboração; e

2.2- Assumir o compromisso de bem e fielmente executar o objeto desta Concorrência nº **07//2021**

2.3- O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta)** dias.

2.4- **PROPOMOS O QUE SEGUE:**

NUMERO MÍNIMO DE EMPREGOS DIRETOS: _____ EMPREGOS.

Agudos//SP, _____ de _____ de 2021.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

RG Nº. _____

CPF (MF) Nº _____

ANEXO III –MODELO DE CARTA CREDENCIAL (Fora dos Envelopes 01 E 02,

À Prefeitura do Município de Agudos

Referente: CONCORRÊNCIA N.º07/2021

Pelo presente, designamos o Sr. (a) _____, portador do R.G. n.º _____ para nosso representante credenciado a responder e decidir por esta empresa junto a V.Sª em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação, interposição e desistência de recursos, relativamente à documentação de habilitação e às propostas por nós apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

Em _____ de _____ de 2021.

**Assinatura do Responsável pela Empresa
Com firma reconhecida em cartório competente.**

CARIMBO DO CNPJ (MF)

No caso de representação, o procurador ou a pessoa credenciada, deverá exibir o instrumento que o habilita a representar a licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes.

Esta declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes.

Preferencialmente em Papel Timbrado da Proponente)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO
DECRETO n.º.4.358 DE 05 DE SETEMBRO DE 2002

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 07/2021

_____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, e do CPF n.º _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.

***Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de 2021.

Representante legal

Obs-Em caso positivo assinalar a ressalva acima.

CARIMBO DO CNPJ (MF)

ANEXO-V - Modelo de Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

(Preferencialmente em papel timbrado da proponente)

REF: Concorrência Pública Nº 07/2021.

_____ (razão social da empresa), com sede na
_____(endereço), inscrita no CNPJ nº
_____, vem por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF(MF) nº _____, **DECLARAR**, sob as penas da Lei, que é
_____ **(MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE
OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL)**, que cumpre os requisitos legais para efeito de
qualificação como tal, e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º, do art.
3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos
42 a 45 da mencionada Lei.

Local e Data _____, _____ de _____ de _____ .

(Representante Legal)

RG Nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CPF(MF)XXXXXXXXXXXXXXXX

CARIMBO DO CNPJ (MF)



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº07/2021
ANEXO VI

LEI Nº 5.510 DE 12 DE JULHO DE 2021.

“Autoriza a Concessão de Direito de Uso do Imóvel que especifica e dá outras providências”.

FERNANDO OCTAVIANI, Prefeito Municipal de Agudos, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais faço saber que a Câmara Municipal, aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito de uso sobre o imóvel abaixo descrito:

I - Localizado a 40,43 metros da esquina da Rua João Batista Garbino com a Rua Olímpio Rondina, segue com as medidas e confrontações; 46,02 metros (quarenta e seis metros e dois centímetros) de frente para a Rua João Batista Garbino; 46,02 metros (quarenta e seis metros e dois centímetros), pelos fundos confrontando com o lote A-1 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; 46,48 metros (quarenta e três metros e quarenta e oito centímetros) pelo lado esquerdo de quem olha para o imóvel, confrontando com a área A-2 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; 43,48 metros (quarenta e três metros e quarenta e oito centímetros), pelo lado direito confrontando com a área A-4 da quadra 5 de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos; Encerando assim o memorial descritivo, com uma área de 2.000,77 m².

Art. 2º - A concessão será outorgada mediante licitação pelo prazo de 10 (Dez) anos, renovável por igual período sucessivo, devendo a municipalidade informar a concessionária com antecedência mínima de 06 (seis) meses no que diz respeito à renovação, e havendo interesse público por parte da Administração concedente, devendo constar do instrumento de outorga as seguintes cláusulas:

I – A concessionária deverá dar início às obras no local no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ficando estabelecido o prazo limite de 02 (dois) anos para início das atividades, e funcionar no local pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, sob pena de reversão do imóvel ao domínio de conceder, independente de indenização pelas benfeitorias introduzidas;

II – A concessionária só poderá transferir o imóvel para terceiros mediante autorização expressa da concedente;

III – A concessionária só poderá usar o imóvel concedido para funcionamento de suas atividades, vedada a redestinação para outras finalidades;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

IV – A concessão será gratuita, ficando a concessionária obrigada a executar as obras necessárias à sua conservação, tais como controle de erosão, entre outras;

V – Que ao término, à concessionária deverá restituir o imóvel à concedente, no estado em que se encontrar, inclusive com as benfeitorias úteis e necessárias introduzidas e/ou construídas pela concessionária, independente de indenização;

VI – Caso a concedente vier a revogar a concessão ou retomar o imóvel, antes do término do prazo de concessão, deverá indenizar as benfeitorias úteis e necessárias nele introduzidas e/ou construídas pela concessionária;

VII – A concessionária ficará obrigada a obedecer toda a legislação municipal, especialmente com referência à ocupação de mão de obra residente no Município de Agudos, sob pena de rescisão contratual;

VIII – No caso de encerramento das atividades da concessionária por não obediência das normas legais ou contratuais, bem como no caso de falência, a concedente ficará isenta de indenização pelas benfeitorias introduzidas, podendo exercer o direito de retenção no caso de alienação judicial;

IX – Deverá proceder ao licenciamento de todos os veículos automotores de propriedade da concessionária no Município de Agudos, no prazo máximo de 01 (um) ano a contar da assinatura do termo de concessão;

X – Empregar 70% (setenta por cento) da mão de obra dentre os moradores do Município de Agudos, na forma da Lei 4.675/2014, sob pena de revogação da concessão;

XI – Caso não exista mão de obra qualificada dentre os moradores do Município de Agudos deverá a concessionária promover o treinamento e qualificação de mão de obra local, até que atinja o limite estabelecido na Lei nº 4.675/2014, no prazo máximo de 03 (três) anos contados da expedição do alvará de funcionamento fornecido pelo Município de Agudos/SP, sob pena de revogação da concessão.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Agudos, 12 de julho de 2021.

FERNANDO OCTAVIANI
Prefeito Municipal